

ATA 09/2025 – REUNIÃO ORDINÁRIA PLENÁRIA

Ao vigésimo terceiro dia do mês de outubro do ano d e dois mil e vinte e cinco, às 16h, reuniram-se no local, os seguintes membros titulares e suplentes: Faynara Meregé, Cesar Augusto Ferreira, Luiz Fernando Swiantek, Hélio Chociai, Carla Naima Martins Kritski, Rafael Gustavo Mansani, Anne Louise Pinheiro, Verlaine Lia Costa, Cleise Maria de Almeida Tupich Hilgemberg, Michael Douglas Camilo, Edilson Gorte, Joel Franzin Junior, Rafael Issa Rickli, Felipe Souza Podolan, Gustavo Ribas Neto, Priscilla Garbelini Jaronski, Daniel Wagner, Wilson Souza de Oliveira, Mario Rodrigues Montemor Netto, Recieri de Tarso Zenardi, e convidados: John Goes, Deneive Leonor Costa, Carlos Tavnaro, Fabiano Gravena Carlin, Lucio Rogoski, Ricardo Pimenta, Gilberto Gibala, Marco Aurélio Moro, Leonardo Puppi Bernardi e José Gabriel de Oliveira. Abertura da Reunião: a Presidente Priscilla deu as boas-vindas a todos os presentes, informou sobre a pauta 1. Abertura da Reunião 2. Análise do Traçado do Contorno 3. Informes Gerais. De abertura ao primeiro assunto, a reunião teve início com a condução da presidente Priscilla, que iniciou os trabalhos comentando sobre a aprovação da pauta da reunião anterior sem ressalvas, e apresentando brevemente os resultados do evento Inova Brasil, encontro nacional dos Conselhos de Desenvolvimento Econômico do Brasil. Priscilla destacou a relevância das discussões ocorridas no evento, especialmente as palestras sobre desenvolvimento sustentável e desafios ambientais, mencionadas também por Edilson Gorte, que ressaltou a importância de se refletir sobre a relação entre desenvolvimento econômico e preservação ambiental. Foram registrados agradecimentos aos envolvidos na participação do evento, em especial à ACIPG, que colaborou com o custeio da viagem e apoio logístico. Na sequência, Priscilla abordou o andamento do projeto do Porto Seco, informando que o estudo de viabilidade foi concluído e entregue às autoridades competentes. O Rafael Rickli complementou, esclarecendo que a entrega do projeto ocorreu tanto na Superintendência da Receita Federal em Ponta Grossa quanto na Regional do Estado, e que a recepção foi positiva. A Câmara Técnica da Indústria considera encerrada essa fase, aguardando apenas a formalização de um número de processo administrativo para acompanhamento. Destacou-se que a viabilidade econômica do projeto foi demonstrada com base no expressivo crescimento da região - o valor adicionado fiscal passou de aproximadamente R\$11 bilhões para R\$21 bilhões nos últimos cinco anos. Uma resposta oficial sobre a análise do projeto é esperada até o final do ano. Em continuidade, Priscilla apresentou a proposta de um novo Plano de Atração e Retenção de Investimentos Industriais, iniciativa que deverá ser desenvolvida pela Câmara Técnica da Indústria em função das mudanças trazidas pela reforma tributária. O objetivo é criar uma política pública atualizada para substituição da Lei da Prodes, considerada limitada por abranger apenas o Distrito Ciro Martins. O novo plano buscará envolver outras secretarias municipais, como Indústria e Comércio, Meio Ambiente, Fazenda e Inovação, ampliando o enfoque para a atração de investimentos sustentáveis. Priscilla ressaltou que a legislação atual não contempla incentivos voltados à inovação, e que essa lacuna precisa ser sanada. Rafael Rickli complementou explicando que, diante da nova configuração tributária, o município dispõe de poucos instrumentos diretos de incentivo, como isenções de IPTU e ITBI, sendo necessário estudar alternativas complementares que promovam o fomento da indústria local. Na sequência, foi abordada a questão dos repasses estaduais aos municípios, com destaque para a variação observada nos valores destinados a Ponta Grossa. Priscilla apresentou os dados da Secretaria da Fazenda do Estado, indicando que a previsão de investimentos para o biênio 2025-2026 mostra um aumento de apenas 1,2% para o município, enquanto para outras cidades, como Guarapuava, registram elevação de até 700%. O tema gerou debate sobre o papel do Conselho de Desenvolvimento na busca de soluções para essa disparidade. O conselheiro Joel sugeriu que fosse solicitado formalmente ao Estado um esclarecimento sobre os critérios de distribuição dos valores, sugerindo o envio de um ofício à Secretaria de Estado da Fazenda requerendo justificativas para a diminuição dos repasses. O conselheiro Rafael Mansani observou que os valores da Lei Orçamentária Anual (LOA) não incluem as emendas parlamentares de deputados, o que explica parte da diferença percebida. O Michael Douglas propôs que o ofício fosse encaminhado em conjunto com a AMCG (Associação dos Municípios dos Campos Gerais), solicitando informações consolidadas sobre a LOA 2025/2026 para todos os 26 municípios da região. A proposta foi colocada em votação e aprovada por unanimidade. Em seguida, Priscilla apresentou um resumo das reuniões do Grupo de Trabalho do Contorno Leste, responsável pela análise técnica e definição de um traçado considerado ideal para o

projeto do novo contorno rodoviário de Ponta Grossa. Explicou que o grupo realizou estudos comparativos entre diferentes alternativas e que o objetivo, nesta plenária, era deliberar sobre o traçado a ser oficialmente defendido pelo Conselho junto à concessionária CCR e demais entidades envolvidas. O conselheiro Rafa Mansani conduziu a apresentação do projeto, destacando que o trabalho foi desenvolvido de forma colaborativa, buscando atender às demandas das entidades representadas no conselho. Foram avaliadas duas propostas principais de traçado, identificadas como linha vermelha e linha verde. A linha vermelha foi considerada problemática por atravessar loteamentos aprovados, como Costa Rica, Bela Vista e Alphaville. Já a linha verde foi considerada mais adequada por desviar-se da área urbana, embora um de seus trechos apresentasse inviabilidade técnica por sobrepor-se a um rio. Após discussões técnicas, optou-se por uma proposta híbrida, iniciando pelo traçado verde, desviando para o vermelho na área do rio e retornando à rota verde em seguida. Essa configuração também considerou o trecho do barro preto, classificado como mais viável na proposta verde. O grupo enfatizou que o contorno deve ser construído fora da área urbana, garantindo o crescimento ordenado da cidade e evitando repetir o erro de outras localidades, como Maringá, cujo contorno ficou excessivamente interno. O Rafa Rickli ressaltou que a proposta considerou curvas de nível, áreas de proteção ambiental e custos de execução, buscando a menor oneração possível. Gustavo Ribas acrescentou que a região apresenta peculiaridades ambientais e topográficas relevantes, exigindo equilíbrio entre viabilidade técnica e impacto ambiental. Fabiano comentou que o projeto foi amplamente debatido na Câmara Técnica de Mobilidade Urbana, com foco em aproveitar o perímetro urbano de Ponta Grossa de forma estratégica. Já Carlos Tavarnaro chamou a atenção para o fato de que o Alphaville e o Bela Vista ficaram fora do traçado original da CCR, destacando a importância de integrá-los à proposta do Conselho. Gustavo reforçou que a Escarpa Devoniana impõe uma zona de amortecimento de 500 metros para obras, sendo que o traçado híbrido proposto respeita essa distância, situando-se entre 550 e 570 metros do limite do parque. Durante a discussão, Edilson Gorte recordou que o traçado inicial da CCR foi definido a partir de estudos do DNIT, e que a empresa já vinha trabalhando há cerca de seis meses em levantamentos técnicos. Ainda assim, o Conselho optou por defender oficialmente o novo traçado híbrido, a ser apresentado à concessionária e à ANTT, destacando os critérios inegociáveis definidos pelo grupo: o contorno deve ser externo à cidade, incluir as principais áreas industriais, respeitar as restrições ambientais e manter viabilidade técnica e econômica. Carlos Tavarnaro observou que o projeto da CCR atravessa regiões com loteamentos aprovados, o que pode gerar especulação imobiliária e entraves jurídicos, enquanto Rafa Rickli pontuou que o traçado proposto delimita de forma mais coerente as áreas industriais. Fabiano reforçou a importância de sustentar a proposta também no campo político, buscando apoio da ANTT e demais órgãos reguladores. Foi colocada em votação a aprovação do traçado proposto pela Câmara Técnica, com as alterações pontuais discutidas em plenária. A proposta foi aprovada por unanimidade, e decidiu-se que o documento técnico será encaminhado a todas as entidades representadas, acompanhado de um modelo de ofício para envio à CCR e à AMTT. O grupo também destacou a urgência de apresentar o projeto antes da próxima reunião da Comissão Tripartite do Contorno, visando garantir que a proposta seja considerada dentro do cronograma da concessionária. Na sequência, Edilson Gorte comentou sobre o Congresso dos Conselhos de Desenvolvimento realizado em Maringá, destacando a robustez da estrutura e a continuidade das políticas públicas locais, que se mantêm independentemente de mudanças partidárias. Ele ressaltou que o CDEPG pode se inspirar nesse modelo, fortalecendo sua atuação institucional e garantindo convergência entre as políticas públicas e as estratégias de desenvolvimento. O conselheiro Wilson reforçou a importância da participação da sociedade civil nos projetos do Conselho, citando o exemplo de Maringá, onde a atuação integrada entre governo, setor produtivo e comunidade resulta em avanços significativos. Defendeu que Ponta Grossa deve consolidar um conselho igualmente estruturado e apartidário, capaz de garantir continuidade administrativa e eficiência na execução dos projetos. Por fim, Carlos Tavarnaro destacou que o compartilhamento transparente de informações com a sociedade evita especulação imobiliária e fortalece a credibilidade das ações do Conselho, agradecendo à gestão pública municipal, em especial ao IPLAN, pela abertura ao diálogo e colaboração institucional. Nada mais havendo a tratar, o vice-presidente Joel encerrou a reunião, agradecendo a presença de todos e reiterando o compromisso conjunto com o desenvolvimento sustentável e planejado de Ponta

CONSELHO DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO DE PONTA GROSSA

Grossa. Finalizando os tópicos descritos em pauta e não havendo mais falas, a Presidente agradeceu a presença de todos, encerrando a reunião ordinária.



PRISCILLA GARBELINI JARONSKI
PRESIDENTE